



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –  
DECÊNIO 2024-2034**  
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024

**EMENDA Nº / 2025**

Emenda Supressiva ao Substitutivo do PL  
2614/2024, referente ao Objetivo 12,  
Estratégia 12.14

Art. 1º Fica suprimida a Estratégia 12.14 ao Anexo, com a seguinte redação:

~~Estratégia 12.14. Promover o financiamento  
estudantil em cursos da educação profissional,  
técnica e tecnológica, nas redes privadas ofertantes  
de educação profissional e tecnológica, inclusive  
nos termos da Lei nº 10.260, de 12 de julho de  
2001.~~

**JUSTIFICATIVA**



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 617 | CEP 70160-900 - Brasília/DF  
Tel (61) 3215-5617 | [dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br](mailto:dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://tribuna.leg.br/verificacao-assinatura-camara-leg.br/cas/1092/2025>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante

Apresentação: 28/10/2025 12:04:43.360 - PL2614/24  
ESB 1092/2025 PL2614/24 => SBT 1 PL2614/2025

**ESB n.1092/2025**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP**

Esta nova estratégia é profundamente problemática por duas razões fundamentais:

1. Abertura perigosa para a transferência inadequada (e irregular) de recursos públicos para o setor privado: Isso cria um canal direto para o desvio de recursos públicos para o setor privado através de parcerias e convênios, fragilizando o sistema público de ensino.
2. Desresponsabilização do poder público: O texto substitutivo transfere para entidades privadas a responsabilidade pela oferta educacional que deveria ser cumprida prioritariamente pela rede pública. Em vez de fortalecer as instituições públicas existentes, a nova redação estimula a criação de convênios com o setor privado, onerando os cofres públicos sem garantir a devida contrapartida social e qualidade educacional.

Esta proposição representa, portanto, um claro movimento de desmonte da educação pública profissional e tecnológica, contrariando o princípio constitucional da gestão democrática e da educação como direito social, como responsabilidade do Estado e, portanto, deve ser suprimida.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de outubro de 2025.

**PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE**  
**Deputada Federal - PSOL/SP**

